



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIA BIOLÓGICA E SOCIAIS APLICADA  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**POLIANNA DE ALMEIDA PORTELA**

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO  
DESENVOLVIMENTO PAUTADO NAS CONDICIONALIDADES DO CONSENSO  
DE WASHINGTON**

**JOÃO PESSOA  
2017**

**POLIANNA DE ALMEIDA PORTELA**

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO  
DESENVOLVIMENTO PAUTADO NAS CONDICIONALIDADES DO CONSENSO  
DE WASHINGTON**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Economia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite.

**JOÃO PESSOA**  
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P843d Portela, Polianna de Almeida.  
Desindustrialização brasileira [manuscrito] : uma análise do desenvolvimento pautado nas condicionalidades do consenso de Washington / Polianna de Almeida Portela. - 2017.  
33 p. : il. colorido.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.  
"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Desenvolvimento. 2. Consenso de Washington. 3. Desindustrialização.

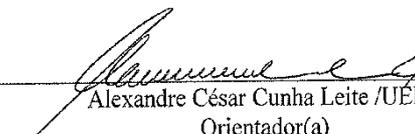
21. ed. CDD 338.9

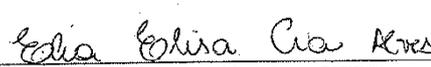
POLIANNA DE ALMEIDA PORTELA

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO  
PAUTADO NAS CONDICIONALIDADES DO CONSENSO DE WASHINGTON

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovado(a) em 11 / 12 / 2017.

  
Alexandre César Cunha Leite /UEPB  
Orientador(a)

  
Elia Elisa Cia Alves /UEPB  
Examinador(a)

  
Cristina Carvalho Pacheco /UEPB  
Examinador(a)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por seu amor infinito, por ter salvado minha vida mais de uma vez, sem Ele nada sou e porque mesmo sem merecer o Senhor cuida dos meus passos e me presenteia com dias abençoados.

Aos meus pais, por todo amor, sacrifício e dedicação, sou muito abençoada por ter a oportunidade de ter pais tão maravilhosos. Gostaria de agradecer em especial a minha mãe Norma, meu maior exemplo vida.

Às minhas irmãs, Juliana e Marianna, por todo apoio, amor e por sempre estarem cuidando de mim.

Ao meu namorado André Carvalho, obrigada por estar ao meu lado, por ser meu maior incentivador, por ser meu consolo quando preciso, por ter enfrentado todos os desafios comigo e por todo amor que tem demonstrado a cada dia.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Alexandre César Cunha Leite, exemplo de professor e de ser humano, que sempre está tentando fazer a diferença, e apesar de todas as circunstâncias, nunca desiste. Obrigada por guiar meus passos durante os últimos meses, sempre à disposição para tirar minhas dúvidas e ajudar no que fosse necessário, sou grata pela atenção e pela paciência durante toda a orientação deste trabalho.

À Professora Elia Elisa, por ter me apresentado o mundo maravilhoso da economia, e por ser um exemplo de professora.

À Professora Fullbright Cristina Pacheco, por ter aceito o convite para participar da banca, pelo conhecimento compartilhado em sala de aula e pela amizade com a turma.

Aos demais professores da Universidade Estadual, essenciais na constituição do meu saber e do meu crescimento pessoal.

Aos meus colegas de graduação Viviane, Larissa, Rafael, Amanda, Telma, João, Edith, Arllyn e Delaney, obrigada por toda a colaboração e todos os fichamentos compartilhados, obrigada por exercerem um papel fundamental durante todos esses anos, e obrigada por tornar tudo mais divertido.

À Lohana Ramos, obrigada pelos conselhos e pelo carinho, obrigada pelos anos de MUNDI, você é um exemplo de líder.

Agradeço imensamente a todos que estiveram ao meu lado, que torceram pelo meu sucesso, que me apoiaram e que de alguma forma me ajudaram ao longo desta caminhada.

“Every failure will teach you something else  
about how to succeed” Brit Morin

## **RESUMO**

Ascender à classe de nações desenvolvidas faz parte da agenda de muitos países latino-americanos, e para concretizar esse objetivo muitos se norteiam por regulamentações políticas e econômicas dominantes no meio internacional. Desse modo, o presente artigo buscou compreender como as condicionalidades do Consenso de Washington atuaram na contramão do desenvolvimento nacional, sendo constatado que a adoção de medidas neoliberais desencadeou um processo de desindustrialização no Brasil. Para tanto, o trabalho encontra-se estruturado na seguinte forma: inicialmente desenvolveu-se uma análise acerca das recomendações provenientes do Consenso de Washington aos países da América Latina. Em seguida discutiu-se sobre o desenvolvimento pautado na visão neoliberal em contrapartida àquele pautado na visão estruturalista. Por fim, foi explorado o fenômeno da desindustrialização brasileira e como o desenvolvimento do país é afetado por esse processo.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento. Consenso de Washington. Desindustrialização.

## ABSTRACT

To rise to the status of developed nations is on the agenda of many Latin American countries, and in order to achieve this goal, many based their actions on internationally dominant economic and political regulations. On this matter, the present study consisted in understanding how the conditions of the Washington Consensus worked out in the opposite direction of the national development, also noticing how neoliberal measures provoked a process of deindustrialization in Brazil. Thus, this study is structured according to the following structure: firstly elaborated an analysis about the Washington Consensus recommendations to Latin American countries. After that, it discussed about the development according to a neoliberal view in contrast to a structuralism view. Finally, we explore Brazilian deindustrialization and how it affects the national development.

Key Words: Development. Washington Consensus. Deindustrialization.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	08
2	<b>CONSENSO DE WASHINGTON: A VISÃO NEOLIBERAL DOS PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA.....</b>	11
3	<b>DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL X DESENVOLVIMENTO ESTRUTURALISTA .....</b>	14
3.1	<b>Desenvolvimento estruturalista para a América Latina .....</b>	14
3.2	<b>Desenvolvimento Neoliberal .....</b>	15
4	<b>A AGENDA NEOLIBERAL E O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....</b>	19
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	26
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	30

## 1 INTRODUÇÃO

Durante sua história, o Brasil vivenciou vários ciclos econômicos. Enquanto colônia portuguesa, viveu o ciclo do pau-brasil, seguido pelo o do açúcar e o do ouro. O ciclo do café surgiu no Império e continuou na República até ser interrompido pela grande crise econômica de 1929<sup>1</sup>.

A recuperação econômica acontece depois da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil, juntamente com os demais países da América Latina, se beneficiou do crescimento gerado pela Era de Ouro do capitalismo. No entanto, os anos dourados chegaram ao fim com o surgimento da crise gerada pelos dois choques do petróleo (CHANG, 2014, p. 80-81).

Depois dos choques, da década de 80 até o início dos anos 90, o cenário econômico brasileiro se resumiu a crise da dívida externa, inflação crescente e vários planos econômicos fracassados (o Cruzado, o Bresser, o Verão e o Collor). Esse cenário muda em 1994 com o surgimento do Plano Real, que resolve o problema da inflação<sup>2</sup>

O Plano Real, assim como o Plano Collor, surge com uma ideologia diferente dos planos anteriores. Eles adaptam-se a nova onda neoliberal do Sistema Internacional (SOARES, 2001, p.19), mas diferente do Collor, o Plano Real conseguiu controlar a inflação. Essa nova onda neoliberal demonstrava uma ruptura com o modelo desenvolvimentista que o Brasil havia adotado em épocas anteriores, e passava a representar as condicionalidades recomendadas pelo Consenso de Washington na região (SOARES, 2001, p. 154).

Na medida em que o ordenamento interno foi se alterando com a liberalização do comércio e dos fluxos de investimentos estrangeiros - a desregulamentação do mercado financeiro e a privatização de empresas públicas - o modelo de crescimento vigente na América Latina desde o fim da Segunda Guerra Mundial começou a deteriorar-se (BULMERTHOMAS, 2003, p. 353; REINERT, 2008, p. 270).

Esse processo afetou um dos principais setores da economia brasileira: a indústria. Até o período de 1980 o Brasil representava o processo de industrialização mais avançado da América Latina (SOARES, 2001, p. 153). Porém, após a adoção das condicionalidades neoliberais, essa indústria começou a apresentar constantes declínios de sua participação no

---

<sup>1</sup> ECONOMIA Brasileira – História contada por quem a fez. Direção: Louise Sottomaior. Produção: Louise Sottomaior. 26'30''. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=nhazwo2WFmQ&list=PLyTwUZXR2MC7MEv-lmsAcudAwOnbyNx3n>> Acesso em: 20 de agosto de 2017.

<sup>2</sup> Idem.

PIB, que passou de 21,6% em 1985, para 17,5% em 1990, no processo de abertura econômica, e em 2014 foi para 10,9% (DEPECON, 2015, p.1 2).

O declínio da indústria pode ser analisado como uma consequência das medidas neoliberais, ou seja, frente a competição internacional, empresas sujeitas a rendimentos crescentes em países como o Brasil, não conseguem competir com as grandes empresas internacionais e acabam quebrando (REINERT, 2008, p. 228-244), ou tornam-se subordinadas a elas (FURTADO, 1994, p. 36). Assim, países periféricos condicionam-se a nova realidade do Sistema Internacional como um produtor e exportador de bens primários, por apresentarem uma vantagem comparativa desse tipo de produção dentro comércio internacional (FURTADO, 1994, p. 23).

O problema com a desindustrialização brasileira é que o desenvolvimento está atrelado a elevação do padrão de vida da população, que só poderá ser alcançado quando o país obtiver o progresso técnico que advém com a formação da indústria de retornos crescentes. Enquanto os países periféricos, como o Brasil, especializarem-se em bens primários, não poderão alcançar uma industrialização eficaz e conseqüentemente não poderão acompanhar o nível de desenvolvimento dos países do centro (PREBISCH, 1949, p. 72-76).

De acordo com Reinert (2008, p. 245-256), a especialização manufaturas voltadas ao setor agrícola e de exploração de minérios, condicionam um país a um intenso ciclo de trabalho intensivo, sem a utilização produtiva do capital e de rendimentos decrescentes, distanciando-o do modelo de industrialização com retornos crescentes, levando o país a entrar num processo de degeneração da malha produtiva de alto valor agregado.

É válido ressaltar a importância de um setor industrial no desenvolvimento de um país. Esse setor tende a gerar uma estrutura produtiva sofisticada, baseada em rendimentos crescentes, que conduz uma mudança estrutural direcionada para uma evolução do sistema de produção. Esta estrutura tende a repercutir diretamente no aumento da taxa de emprego, com maiores lucros para o país, melhores salários e uma maior base tributária (FURTADO, 1974, p. 22-23; GALA, 2016; REINERT, 2008, p. 80).

Porém, a política macroeconômica, com viés liberal, se mantém dado o conjunto de regras e condicionalidades definidas e impostas pelo Consenso de Washington, que porventura, sistematizou um padrão econômico e político em países periféricos (REINERT, 2008, p.53). Por conseguinte, existe uma pressão exercida para que países periféricos adotem “boas políticas” e “boas instituições”, que são recomendações que incitam fortes sugestões a

adoção do livre-comércio e a não intervenção Estatal, baseados na utopia da autorregulamentação dos mercados internacionais (CHANG, 2002, p. 11).

No Brasil, a economia reproduziu políticas macroeconômicas estabilizantes e remodelações de sua estrutura através de convicções liberais, impulsionadas, principalmente, pelo momento de crise que o país estava enfrentando no final dos anos 80 e início da década de 90 e pelo distanciamento em relação as políticas desenvolvimentistas (SOARES, 2001, p. 154). Pode-se observar, nessa seara, que as políticas impostas pelo Consenso de Washington condicionaram o Brasil a se inserir cada vez mais no Sistema Internacional como um país produtor e exportador de *commodities* (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 01).

Isto posto, o presente trabalho parte da premissa que as políticas propostas pelo Consenso de Washington à América Latina ao invés auxiliarem os países no combate aos infortúnios das crises econômicas, e também a alcançar o desenvolvimento almejado, agem na direção contrária, ao orientar que as indústrias dos países periféricos complementem o sistema econômico internacional, deixando de considerar a história do desenvolvimento nos países do centro.

Dessa forma, dada à disposição do atual Sistema Internacional, questiona-se: como as recomendações oriundas do Consenso de Washington influenciaram o processo de desindustrialização e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico brasileiro?

O presente estudo terá como objeto de pesquisa a análise do desenvolvimento econômico brasileiro pautado nas recomendações do Consenso de Washington, examinando a desindustrialização pela ótica estruturalista de desenvolvimento, cujo ponto de partida será o reconhecimento da necessidade de formação de uma indústria com alto valor agregado e rendimentos crescente para o processo de desenvolvimento de um país.

Assim, o procedimento estará consubstanciado na análise de caso da desindustrialização brasileira frente a execução das políticas neoliberais recomendadas pelo Consenso de Washington, e o efeito desse processo no desenvolvimento do país.

O trabalho está dividido em três partes, além da introdução e conclusão. Na primeira parte busca-se desenvolver um estudo acerca das recomendações do Consenso de Washington aos países da América Latina. A segunda parte refere-se à avaliação do desenvolvimento a parti da visão neoliberal proveniente do Consenso de Washington em comparação com a visão estruturalista proveniente da CEPAL. A terceira parte será dedicada ao estudo da desindustrialização brasileira e como o desenvolvimento do país é afetado por esse processo.

## 2 O CONSENSO DE WASHINGTON: A VISÃO NEOLIBERAL DOS PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

De acordo com a mitologia, na Grécia antiga existia um vilão conhecido como Procusto, que possuía uma cama de ferro feita de acordo com seu tamanho. Na ocasião em que algum peregrino passava pelas redondezas e se hospedava em sua residência, Procusto dilacerava ou esticava as vítimas para que elas fossem adaptadas ao tamanho da cama. Quando questionado por Atenas por tamanha crueldade, afirmou que só estava promovendo a igualdade ao colocar todos num mesmo padrão de tamanho, assim não existiram mais diferenças (TALEB, 2010 p. 04-06).

O mito de Procusto aqui utilizado consiste em uma simples representação da forma como as políticas proposta pelo Consenso de Washington à América Latina se posicionam em relação às práticas de cunho neoliberal, onde os países são impulsionados a adaptarem-se as regras que supostamente os auxiliariam a combater os infortúnios de crises econômicas, como também alcançar o desenvolvimento almejado.

O Consenso de Washington surge em 1989, numa conferência realizada em Washington pelo *Institute for International Economics*, onde representantes do governo norte-americano, do FMI, do Banco Mundial e do BID, incomodados com a crise nos países da América Latina, concluíram que a região necessitava de reformas imediatas (BATISTA, 1994, p. 05; COMBARNOUS, 2007, p. 525-526).

Alguns autores, como Bresser-Pereira (2003)<sup>3</sup> e Combarnous (2007)<sup>4</sup>, classificam esse evento como o segundo Consenso de Washington, pois consideram as recomendações do FMI e do Banco Mundial na década de 80 como um primeiro consenso de Washington. Entretanto, o termo só surge em um *paper* escrito pelo economista John Williamson, publicado em 1990, intitulado *What Washington Means by Policy Reform*.

No *paper*, Williamson escreveu dez recomendações para os países que estavam abalados pela crise econômica. Essa nova instrumentalização neoliberal orientava que:

- 1. Disciplina Fiscal:** Os déficits fiscais são responsáveis por problemas macroeconômicos como a inflação, a fuga de capitais e déficits nos pagamentos. Os

---

<sup>3</sup> Ver em: O Segundo Consenso de Washington e a Quase-Estagnação da Economia Brasileira e O Segundo Consenso de Washington. Folha de S.Paulo, 2003.

<sup>4</sup> Verem: The false promises of the (second) Washington consensus: evidence from Latin America and the Caribbean (1990-2003).

governos devem manter seus déficits orçamentários o mínimo possível (WILLIAMSON, 1990, p. 03).

2. **Prioridades de despesas públicas:** Os subsídios devem ser reduzidos ou eliminados, principalmente subsídios indiscriminados que são dirigidos a para cobrir perdas nas empresas pública. Os gastos públicos devem ser direcionados para áreas negligenciadas, como a saúde, educação e infraestrutura (Williamson, 1990, p. 04).
3. **Reforma Tributária:** A base tributária de um país deve ser ampla e as taxas de imposto devem ser moderadas. É recomendado que as bases tributárias nos países da América Latina abranjam a receita de juros sobre ativos que se localizam no exterior (WILLIAMSON, 1990, p. 05).
4. **Taxa de Juros:** As taxas de juros reais positivas diminuem a fuga de capitais e, conseqüentemente, aumentam a poupança interna. Assim, as taxas de juros devem ser determinadas pelo mercado financeiro doméstico (WILLIAMSON,1990, p. 05).
5. **Taxas de câmbio:** A taxa de câmbio real, em países em desenvolvimento, deve-se manter competitiva, isso levará a um reforço no aumento das exportações e irá orientar a economia para o exterior. O crescimento das exportações e essa orientação econômica ao exterior, são tidas em Washington como essenciais no processo de recuperação das economias latino-americanas (WILLIAMSON, 1990, p. 06).
6. **Liberalização comercial:** Em uma economia for orientada para o exterior não se deve fazer uso de restrições às importações, principalmente em bens intermediários que são necessários na produção dos produtos voltados a exportações (WILLIAMSON, 1990, p. 07).
7. **Investimentos estrangeiros direto:** A pratica de restringir ou limitar os investimentos estrangeiro é motivada pelo nacionalismo econômico, o que Washington recrimina, a não ser que seja praticado pelos Estados Unidos. Assim, o investimento direto estrangeiro deve ser encorajado, pois poderá fornecer capital e habilidades necessárias ao país (WILLIAMSON, 1990, p. 07).
8. **Privatização:** Em Washington há uma forte crença que as empresas estatais são ineficientes, e que a indústria privada é gerida de forma mais eficiente, pois quem a administra tem participação direta nos lucros. A privatização aliviaria o orçamento governamental, tanto pela receita que criaria com sua venda em curto prazo, como os investimentos do setor não precisariam ser financiados pelo governo (WILLIAMSON, 1990, p. 08).

**9. Desregulamentação:** Uma economia excessivamente regulamentada tende a promover corrupção além de marginalizar as pequenas e médias empresas, que acabam não tendo acesso aos mais altos níveis de burocracia. Por esse motivo, os governos devem desregulamentar a economia (WILLIAMSON, 1990, p. 09).

**10. Direitos de propriedade:** Os direitos a propriedade devem ser assegurados, pois são relevantes para garantir que o sistema capitalista funcione de forma satisfatória (WILLIAMSON, 1990, p. 09).

Esses dez preceitos políticos surgem no cenário mundial logo após o colapso do sistema soviético, em que há uma preocupação com o desenvolvimento das nações depois do período de crises. Além disso, existe também um caráter pró-mercado, o que desponta num apelo para alguma alternativa que pudesse organizar um conjunto de ideias políticas e econômicas que guiassem os países em suas necessidades imediatas (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 15).

Manifesta-se um Consenso, seguro de si, com orientações prescritas por intelectuais e políticos que fazem parte, ou estão associados, a capital da hegemonia vitoriosa da Guerra Fria (NAÍM, 2000, p.88).

Portanto, o Consenso se torna axiomático, por existir uma concordância clara entre a classe de dirigentes e intelectuais em Washington de como os países da América Latina deveriam agir em relação aos problemas econômicos (NAÍM, 2000, p.87). O que traz a questão que por trás dos princípios da doutrina neoliberal existem interesses econômicos e políticos que correspondem, principalmente, aos Estados Unidos (WILLIAMSON, 1990, p. 09)

De acordo com Bresser-Pereira (2002, p.16) o Consenso de Washington trazia uma mensagem que depois que fossem incorporadas as reformas neoliberais e os ajustes fiscais, os países poderiam fazer uso da poupança externa para crescer, ou seja, os países periféricos altamente endividados poderiam desenvolver-se endividando-se ainda mais e abrindo suas economias para a concorrência internacional, que seria favorável a estabilização monetária ao regular os preços.

Essa política de tentar crescer no endividamento ao invés de fomentar a industrialização, fez com que a poupança externa fosse utilizada para reproduzir o consumo dos países do centro, através do financiamento do déficit da conta corrente (BRESSER-PEREIRA, 2002, p.15).

Aos poucos, as elites dos países latinos americanos começaram a incorporar o discurso do Consenso de Washington, propondo que fossem realizadas modificações neoliberais no ordenamento interno de seus países (BRESSER-PEREIRA, 2002, p.16). Nas palavras de Batistas:

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas - a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio - e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas (1994, p. 07).

Tal conjuntura de desenvolvimento neoliberal demonstrava ser uma quimera quando deparado com a realidade nos países periféricos, como observa Furtado (1974, p.89), ao caracterizá-lo como mito. Como será observado adiante, o argumento neoliberal entra em desacordo com a história de desenvolvimento dos países do centro, onde foram utilizadas políticas conscientes, com comprometimento por parte do Estado na criação e implementação dessas políticas. Além do que, os investimentos foram financiados pela poupança nacional, e não através do endividamento pela poupança externa (BRESSER-PEREIRA, 2002, p.16).

### **3 DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL X DESENVOLVIMENTO ESTRUTURALISTA**

Intentando compreender como o processo de desindustrialização está associado às condicionalidades neoliberais provenientes do consenso de Washington, o presente tópico busca analisar o desenvolvimento neoliberal à luz da compreensão do desenvolvimento pautado na doutrina estruturalista.

#### **3.1 Desenvolvimento estruturalista para a América Latina**

Uma visão distinta da neoliberal é a doutrina estruturalista, muito utilizada na América Latina pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Para essa visão, o desenvolvimento econômico de um país está correlacionado a uma estrutura produtiva industrial, que determinará a direção e o ritmo que o desenvolvimento irá seguir. Isso significa dizer que a característica que o setor industrial de um país apresenta, irá determinar a sua capacidade de gerar crescimento (GALA, 2017, p. 01).

Faz-se necessário destacar alguns pontos sobre a doutrina Cepalina: o mundo está dividido entre centro e periferia, e isso seria uma consequência da divisão internacional do

trabalho onde o processo de acumulação capital ocorreu desproporcionalmente entre os países; a industrialização é o caminho para a transformação estrutural dos países periféricos; a ação do Estado é fundamental no processo de industrialização e por isso, devem-se utilizar políticas conscientes e assertivas (PEREIRA, 2011, p. 122).

Assim, o desenvolvimento econômico está associado às transformações estruturais do setor industrial, que pode passar de um estágio simples, para um estágio mais sofisticado, desse modo, um país atingirá o patamar de desenvolvido quando obtiver uma grande capacidade produtiva local, dominado as tecnologias e produzindo uma gama de produtos sofisticados com retornos crescentes (CHANG, 2014, p.223).

Prebisch (1949, p.72) observa que a industrialização proporciona a elevação do padrão de vida das massas e que isso seria fruto do progresso técnico. Essas transformações mudarão o perfil de emprego nos países, pois grande parte da população é deslocada da agricultura para o setor industrial manufatureiro, e depois, num estágio mais avançado, parte dessa população é transferida para o setor de serviços sofisticados. Existe uma porção da massa que fica na parte de serviços não sofisticados, que são os serviços de baixa produtividade, e em geral, empregam a metade da população em todos os países do mundo (GALA, 2017, p. 01).

O modo de produção e a geração de empregos, quando caminham com um aumento da produtividade e com a criação de serviços sofisticados, podem impulsionar o padrão de vida nos países em desenvolvimento. Reinert (2008, p.187-189) pontua quatro fatores para explicar o processo: 1) incentivo aos empreendedores e aos investimentos, entende-se que os investimentos, quando efetivos, poderão transformar o aumento da produtividade local em lucro; 2) Com o aumento da produtividade, os salários em setores industriais tendem a aumentar; 3) o aumento dos salários em um setor produtivo desencadeará um aumento nos salários dos outros setores locais; 4) Como teria um aumento dos salários gerais, o Estado poderá obter uma base tributária maior e investir na própria infraestrutura da região e na construção do bem-estar social, que são fatores que podem ser utilizados na capacidade produtiva de um país.

Desse modo, fica claro que o processo de desenvolvimento não ocorrerá de forma natural e livre, sem a ação do Estado, através do livre-comércio, das vantagens comparativas e da especialização, ao contrário, os países em desenvolvimento que se depararam com as condicionalidades neoliberais do consenso de Washington, viram seus sistemas industriais sendo esmagadas pela concorrência internacional, levando-os a uma produção baseada em rendimentos decrescentes, com poucos empregos em serviços sofisticados, e os salários dos

demais setores são reduzidos, para que o país possa competir no sistema internacional (REINERT, 2008, p.163-169).

### **3.2 Desenvolvimento Neoliberal**

A ideia de desenvolvimento pautado na doutrina neoliberal origina-se de uma observação incompleta da história do capitalismo nos países desenvolvidos (CHANG, 2014, p.64). Argumenta-se que o crescimento econômico é fruto do modelo-padrão consubstanciado nas medidas liberalizantes, na ação mínima do Estado e na privatização. Portanto, não fazem parte de um processo demorado com a ação de políticas consciente, investimentos na indústria nacional e intervenções governamentais (REINERT, 2008, p. 27-28).

Essa interpretação da história do desenvolvimento nos países do centro serve de fio condutor para o marketing que o Consenso realiza em torno do decágono de condicionalidades. Nesse decágono, a adoção de políticas e instituições “boas” proporcionarão oportunidades igualitárias de desenvolvimento, crescimento econômico e bem-estar (CHANG, 2002, p.11).

Não obstante, a história demonstra que as nações tidas como berço do liberalismo, a Grã-Bretanha que iniciou a Revolução Industrial e os Estados Unidos que seguiram os passos do país predecessor, só se tornaram o que são devido aos métodos que hoje o Consenso de Washington recrimina (CHANG, 2002, p.13; CHANG, 2014, p. 65).

Assim, a propagando neoliberal soa mais como uma falácia com apoio político ao se analisar a real história do capitalismo nos países desenvolvidos, que contaram com um intenso protecionismo na fase inicial de sua industrialização, além de políticas industriais seletivas, com uma ação fundamental do Estado e fácil obtenção de recursos (FURTADO, 1994, p.16; REINERT, 2008, p.53; SOARES, 2001, p.18).

E embora a concepção de que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos tornaram-se potências econômicas graças às políticas liberais seja imprecisa (CHANG, 2002, p. 11-13, 29-38), grande parte das elites (política, intelectual e empresarial) nos países latino-americanos acabaram comprando as ideias neoliberais, graças à influência e a pressão exercida por organismos internacionais e países que lideraram os processos de desenvolvimento (BATISTA, 1994, p. 06; BRESSER-PEREIRA, 2002, p.16). Aos poucos, as medidas neoliberais começaram a fazer parte do discurso dessas elites, e com isso, os problemas da região que tinha grande base em questões externas, começaram a ser vistos como uma consequência das políticas nacionalistas internas (BATISTA, 1994, p. 07).

É imperioso destacar que às medidas neoliberais, ressaltam os benefícios da especialização produtiva para o comércio internacional. Esse argumento remete a Teoria de Vantagem Comparativa (TVC), formulada pelo economista David Ricardo, que fornece embasamento à política do livre-comércio e que serve de crítica às restrições ao comércio (CHANG, 2014, p. 370-371; REINERT, 2008, p. 61).

Colocando a capacidade de produção dos países em um mesmo patamar, ou seja, os países têm a mesma capacidade produtiva, a TVC pressupõe que um país obterá vantagem comparativa quando se especializar em produzir insumos que apresentam um menor custo de oportunidade. Por custo de oportunidade, entende-se como algo que um país deva abrir mão para obter algum insumo, quanto menor o custo, maior será a vantagem comparativa (CHANG, 2014, p. 371; MANKIWI, 2013, p. 51-53; MEDEIROS, 2013, p. 47). Quando os países se especializam na produção do bem que apresenta vantagem comparativa, a produção total da economia mundial aumenta, e esse aumento da produção beneficiaria os países de forma coletiva, com as livres trocas comerciais entre os países (MANKIWI, 2013. p. 53).

Para Prebisch (1949, p. 72) o benefício que a TVC proporciona, na realidade é muito limitado e não chega a atingir a coletividade de países no Sistema Internacional, na realidade, as vantagens da TVC não atingiram países periféricos da mesma forma como ocorreu nos países do centro.

Chang explica (2014, p. 374-375) que ao se criticar a TVC não se está contestando a importância do comércio internacional. Para o autor a prática de comércio entre nações é essencial, principalmente nos países em desenvolvimento, o que se coloca em questão é se a adoção do livre-comércio nesses países é a maneira mais eficiente de comércio, visto que essa prática pode deteriorar a composição das capacidades produtivas de determinado país.

Para Gala (2017, p. 01) um dos problemas da vantagem comparativa é que as atividades produtivas são distintas, assim, um país não poderá desenvolver-se na especialização de uma produção simples e sem complexidade, o que deixa o país preso numa armadilha de setores decrescentes de escala.

Outra crítica a TVC é feita por Reinert (2008, p. 379-380), o autor argumenta que o problema com a especialização em países em desenvolvimento, é que ela tende a assumir a forma de uma produção com constantes rendimentos decrescentes, com pouco ou nenhum potencial de aprendizagem, já que os países do centro assumem uma especialização em produtos de alta tecnologia com rendimentos crescentes. Assim, o paradoxo da TVC é que em determinadas produções manufatureiras podem levar um país a acumular bastante

conhecimento e capital, em outras, pode levar uma nação a ficar presa num intenso ciclo de trabalho intensivo, sem a utilização produtiva do capital (REINERT, 2008, p. 38). Em suas palavras:

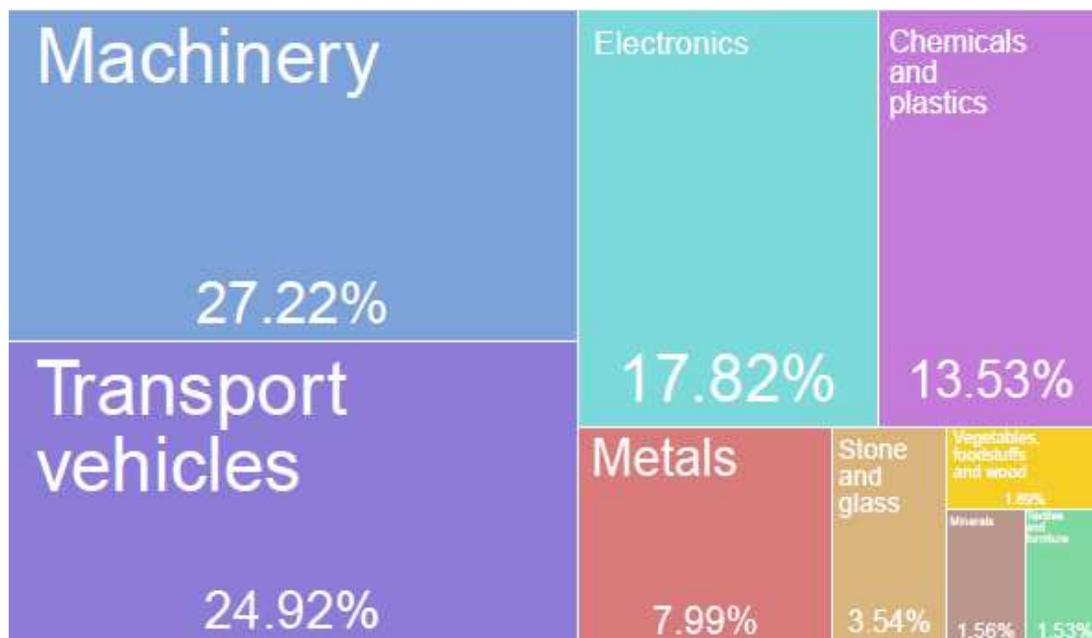
Países pobres se especializam-se em atividades que têm uma ou mais das três características a seguir: (a) estão sujeitas a rendimentos decrescentes, em vez de crescentes; (b) não apresentam potencial de aprendizagem; (c) os frutos de aprendizagem, em vez produzirem riqueza local, são repassadas aos consumidores dos países ricos na forma de preço baixo [...] Algumas nações se especializam em ser ricas, enquanto outras se especializam, de acordo com suas vantagens comparativas, em ser pobres (REINERT, 2008, p.38).

Esses rendimentos decrescentes geralmente assumem a forma de produção agrícola e a exploração de minérios, comuns em mercados que apresentam uma concorrência perfeita. Ao contrário dos países ricos que são caracterizados por uma economia de escala, com rendimentos crescentes e concorrência imperfeita, e que apresentam alta taxa de crescimento (FURTADO, 1974, p. 58; REINERT, 2008, p.45- 47).

Esse processo fica bem claro ao se comparar o mapa de complexidade produtiva de diferentes países no comércio internacional, como é o caso do Japão e do Brasil. De acordo com o mapa (Gráfico 1), em 2016 o Japão exportou 650 bilhões de dólares, 27,22% dessa produção era voltado a produção de maquinas, 24,92% representam a produção de veículos e 17,82% a produção de eletrônicos. Assim, de acordo com a TVC, grande parte daquilo que o Japão produziu e exportou foi baseada nas vantagens comparativas do país, que são produtos complexos com rendimentos crescentes.

### **Gráfico 1: O que o Japão exportou em 2016**

**650 Bilhões**

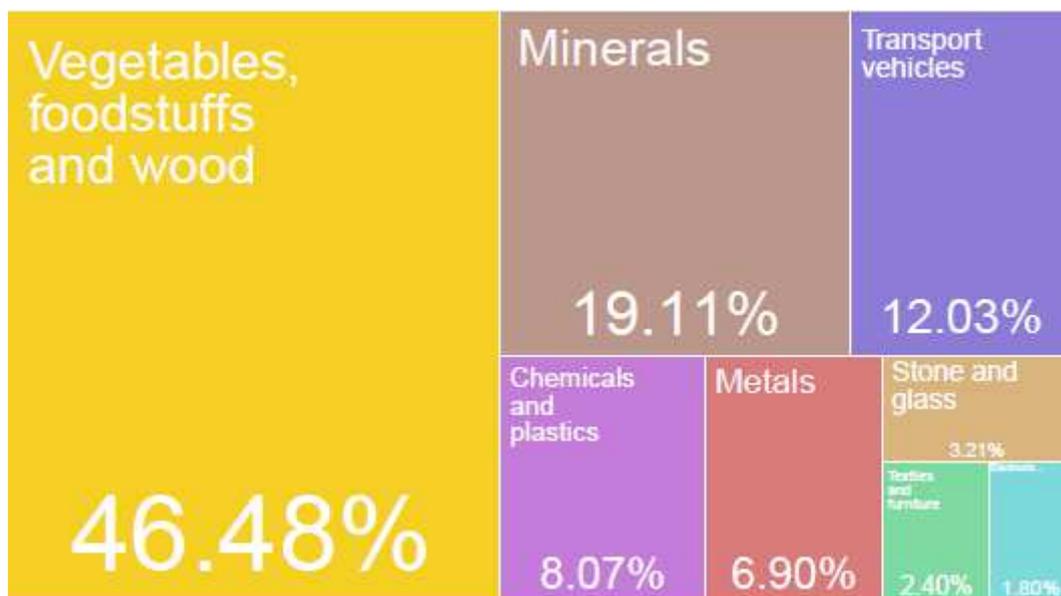


Fonte: <http://atlas.cid.harvard.edu/>

Já o Brasil (Gráfico 2), em 2016 exportou 173 bilhões de dólares, 477 bilhões a menos que o Japão. A agricultura ocupa um espaço de 46,48% de sua produção para exportação, e 19,11% são voltados para exploração de minérios. Nesse caso, a vantagem comparativa do Brasil é a produção agrícola e exploração de minérios, produtos que apresentam baixa complexidade e rendimentos decrescentes.

**Gráfico 2: O que o Brasil exportou em 2016**

**173 Bilhões**



Fonte: <http://atlas.cid.harvard.edu/>

Nessa seara, como observa Prebisch (1949, p. 71), o papel dos países periféricos dentro do sistema econômico internacional é de abastecer os centros industriais, produzindo alimentos e matérias primas. Essa prática encaminha os países periféricos a permanecerem numa produção com constantes rendimentos decrescentes, que os torna incapacitados de emular<sup>5</sup> a política desenvolvimentista das nações do centro (REINERT, 2008, p. 60-61).

Com isso, os países da América Latina foram levados a reduzir sua autonomia. Fator este que desencadeou consequências em suas políticas econômicas, que acabaram perdendo espaço frente às intensas transformações globais, em que há uma concentração desigual dos benefícios do progresso (SOARES, 2001, p. 17).

#### **4 A AGENDA NEOLIBERAL E O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL**

Depois da segunda Guerra Mundial até as crises do petróleo, o Brasil, assim como toda a América Latina, viveu seu “milagre” econômico com altas taxas de crescimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p.44). Tanto que até o início da década de oitenta o país era destaque como o processo de industrialização mais avançado entre os países latino-americanos (SOARES, 2001, p.153). Era a época das prósperas economias mistas, onde se via o sucesso da combinação das medidas socialistas e capitalistas, com um capitalismo potencializado pela ação governamental, que regulamentava e estimulava a economia (CHANG, 2014, p. 87).

Os problemas na economia só começaram a surgir depois do primeiro Choque do Petróleo em 1973. Com o início da crise, o Brasil inicialmente adotou a estratégia de endividar-se para continuar crescendo, utilizando o intenso volume de petrodólares com juros baixos e flutuantes (SAFATLE, 2012, p. 01).

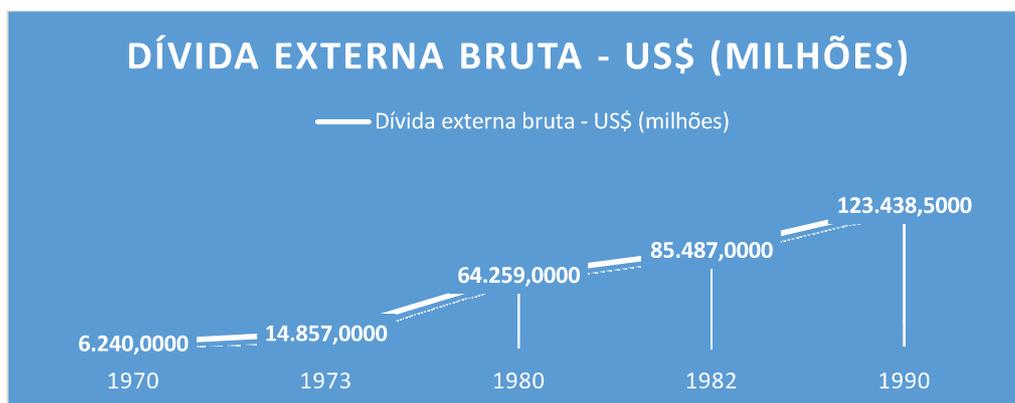
Por um período o governo conseguiu dar continuidade a sua política de industrialização com participação do Estado e forte proteção tarifária, no entanto, com o segundo Choque do Petróleo a instabilidade macroeconômica ficou pior, e o Brasil tornou-se um dos protagonistas da crise econômica nos anos 1980 na América Latina (BATISTA, 1994, p. 12;BIELSCHOWSKY, 2000, p. 46-47).

---

<sup>5</sup>Reinert (2008, p.60-61) explica que a emulação seria uma tática consciente e essencial no desenvolvimento dos países Europeus, que criaram uma política econômica baseada na construção de uma industrial capaz de proporcionar alto rendimento financeiro, com várias oportunidades empregatícias e aumentando dos salários reais.

Por conta dos juros flutuantes dos empréstimos, a dívida externa brasileira deu um salto (Gráfico 3), passando de 6,24 milhões de dólares em 1970, para 85,48 milhões de dólares em 1982. A crise proporcionou o fim da era das políticas desenvolvimentistas e deu início a constante guerra contra inflação, com instabilidade econômica e política (SAFATLE, 2012, p. 04).

**Gráfico 3: Dívida Externa Brasileira Bruta em US\$ (Milhões)**



Fonte: Elaboração própria a partir de [www.ipeadata.gov.br/Default.aspx](http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx)

Vários planos por parte do governo foram criados para tentar combater a inflação e ainda arcar com o pagamento da dívida externa. No entanto, todos foram sem sucesso, o que só fazia aumentar a desconfiança em relação ao Estado, tanto internamente, como externamente (BATISTA, 1994, p. 27). Na época, o Brasil recorreu ao FMI para obter empréstimos, e para isso foram feitos muitos acordos com a instituição, que já vinha recomendando políticas neoliberais no ordenamento interno brasileiro (SAFATLE, 2012, p. 07).

Entretanto, as propostas neoliberais do Consenso de Washington só começam a fazer parte da política interna e externa brasileira em 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello. A expectativa era que o novo presidente pudesse propor um programa efetivo para estabilizar a economia do país e que algo fosse feito em relação à inflação. Assim surge o Plano Collor, numa tentativa de resolver a inflação através de um choque diferente dos anteriores. O plano era voltado ao ajuste fiscal e monetário, a uma política de privatização com a extinção de vários órgãos governamentais, uma abertura muito rápida e forte da economia, com a abertura comercial e financeira, mas não era só isso, o Plano também representava uma ruptura com toda a era de ditadura no Brasil (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p. 283-294; SOARES, 2001, p.153).

Sobre as propostas de Collor, Soares explica que:

Além da estratégia central de combate à inflação via recessão, outras propostas emergiram do chamado projeto neoliberal brasileiro [...] colocava-se a proposta de “desregulamentação” da economia que, basicamente, defendia a abolição da regulação do Estado sobre os preços da economia em geral e sobre as relações capital-trabalho [...] A retirada do Estado ou sua renúncia enquanto agente econômico produtivo e empresarial, foi outra das propostas integrantes do projeto. Daqui se derivam as propostas de privatização de empresas estatais, o que contribuiria para a redução (estratégica) do setor público.

Nesse conjunto de proposições que compunham o modelo no qual se baseava o governo Collor, encontrava-se ainda a ideia de que a privatização e a redução do tamanho do Estado de modo geral se estaria reduzindo o Gasto Público, com o que se eliminaria o Déficit Público [...]. Para fechar o discurso neoliberal, tínhamos na pauta governista um segundo elenco propositivo que dizia respeito à chamada “liberalização do comércio exterior”. Seu propósito essencial seria o de tornar a nossa economia mais “internacionalizada” e “moderna”, fazendo com que as estruturas produtivas internas pudessem competir “livremente” no mercado internacional. (SOARES, 2001, p.154-155).

A terapia de choque do plano neoliberal brasileiro teve consequências imediatas tanto na indústria, quanto nas áreas sociais (como o quadro de empregos brasileiro), e na medida em que o ordenamento interno foi se alterando para adaptar-se à nova realidade econômica, o modelo de crescimento vigente no Brasil desde o fim da Segunda Guerra Mundial foi rapidamente extinto (BULMER-THOMAS, 2003, p. 353).

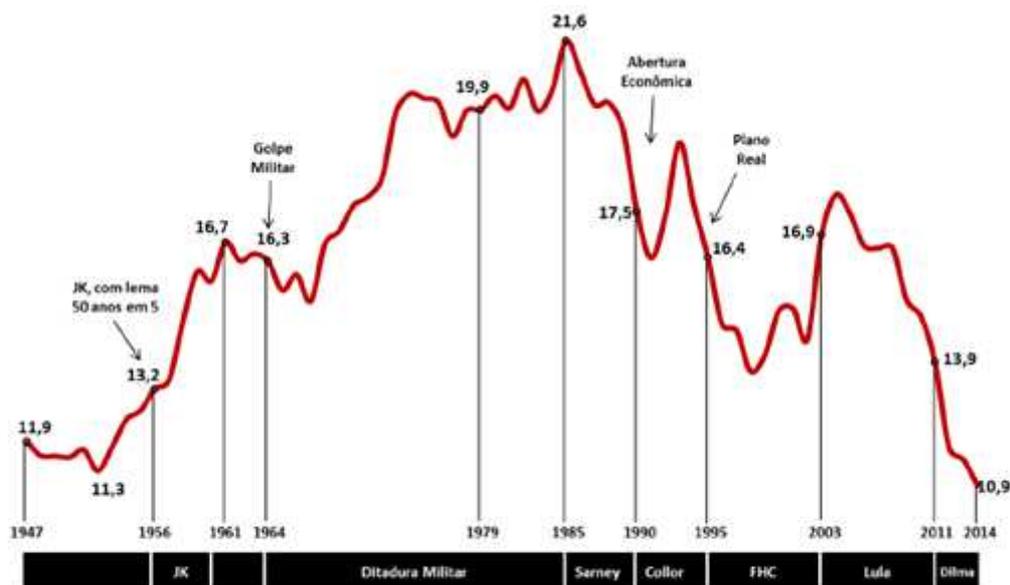
Dada a forte competição internacional e a necessidade de investimentos para se tornarem eficientes, muitas empresas brasileiras acabaram falindo. De acordo com Dorothea Werneck (2015)<sup>6</sup>, a abertura comercial no Plano Collor deixou as empresas com apenas três alternativas em mãos; a primeira seria via um processo violento de reestruturação, para que se tornassem eficiente o suficiente para competir com a concorrência externa; a segunda era decretar falência e fechar as portas; a terceira e última alternativa seria vender a empresa.

Rapidamente a participação dos setores mais avançados da indústria brasileira foi perdendo espaço no PIB do país, houve uma ruptura do processo virtuoso em que o Brasil se encontrava até o início década de 1980 (UNCTAD, 2016, p.28), e a participação da indústria sofisticada que se apresentava em torno 21,6% do PIB em 1985, caiu para 17,5% em 1990 (Gráfico 4). Esse seria o processo de desindustrialização, no qual as empresas que são obrigadas a enfrentar a concorrência das grandes empresas estrangeiras, e ao não conseguir lidar com a competição, acabam fechando as portas (REINERT, 2008, p.228).

#### **Gráfico 4: Evolução da participação da Indústria no PIB (em %) de 1947 a 2014**

---

<sup>6</sup>Entrevista realizada na série Economia Brasileira - A História Contada Por Quem A Fez. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=MYOWg0YkUAE&list=PLTAAAYmtbBHAsBfcCPT\\_1RnXy6LocOZp9\\_&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=MYOWg0YkUAE&list=PLTAAAYmtbBHAsBfcCPT_1RnXy6LocOZp9_&index=7)



Fonte: IBGE. Elaboração: Depecon-FIESP segundo método Bonelli e Pessoa, 2010.

Apesar dos ajustes e reformas econômicas, o fracasso do plano Collor I e II era evidente, a inflação continuava crescendo e a população já demonstrava extrema insatisfação com o governo. Nesse cenário, em 1992, ante a insatisfação popular e as denúncias de corrupção, o presidente Collor renuncia seu mandato, e quem assume a presidência é o Itamar Franco<sup>7</sup>.

É nessa condição de alta inflação, no governo do Itamar, que o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, juntamente com um grupo de economistas, desenharam o Plano Real. Posteriormente, graças ao sucesso do plano Real, o FHC é eleito presidente, o novo presidente da continuidade a implementação do Plano, e as reformas estruturais liberalizantes<sup>8</sup>.

O novo Plano era bem distinto do congelamento de preços dos Planos anteriores (SICSÚ, 1996, p.3), para controlar a inflação utilizou a unidade real de valor (URV) como uma moeda indexada provisória, que depois veio a se transformar no Real (GALA, 2017)<sup>9</sup>.

O valor da URV foi “ancorada” no valor do dólar, ou seja, uma URV valia um dólar (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p. 363-362). Associar a URV ao dólar fez com que não

<sup>7</sup> ECONOMIA Brasileira – História contada por quem a fez. Direção: Louise Sottomaior. Produção: Louise Sottomaior. 26'30''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WxxfgnaBcs&index=8&list=PLYTwUZXr2MC7MEv-lmsAcudAwOnbyNx3n>> Acesso em: 10 de setembro 2017.

<sup>8</sup> ECONOMIA Brasileira – História contada por quem a fez. Direção: Louise Sottomaior. Produção: Louise Sottomaior. 26'30''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WxxfgnaBcs&index=8&list=PLYTwUZXr2MC7MEv-lmsAcudAwOnbyNx3n>> Acesso em: 10 de setembro 2017.

<sup>9</sup>Disponível em: <http://www.paulogala.com.br/urv-o-segredo-do-sucesso-do-plano-real/>

fizesse sentindo aumentar os preços dos produtos (como ocorreu com os outros planos), já que os mesmos custavam o mesmo valor que em dólar, a economia foi se ajustando em URV, até que a URV se transformou no Real. (SICSÚ, 1996, p. 03).

Ainda sobre o Plano Real, Belluzzo e Almeida observam que:

Teria sido uma tentativa de colocar a economia brasileira sob a disciplina imposta, primeiro, por um regime de conversibilidade restrita, financeira e comercial, para depois, provavelmente, avançar na trilha de uma conversibilidade plena. Não se tratava, portanto, apenas de obter a estabilidade de preços, mediante a utilização clássica da “âncora” cambial. O objetivo parecia ser mais amplo: estávamos diante de um projeto de desenvolvimento liberal que supõe a convergência relativa rápida das estruturas produtivas e da produtividade da economia brasileira na direção dos padrões “competitivos” e “modernos” das economias avançadas (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p. 373).

Essa estratégia de desenvolvimento liberal, que Belluzzo e Almeida falam, faz parte do ideário que o Consenso de Washington recomendava. Gala (2017)<sup>10</sup> observa que o sucesso do Plano Real, foi devido a sua execução junto com um conjunto de outras medidas, como a contenção fiscal, a abertura comercial, o choque de juros, além da privatização e desregulamentação. O governo do FHC ficou caracterizado como um governo de reformas institucionais, de abertura da economia, de desregulamentação e de privatização.

A inflação foi controlada e o país conseguiu obter a estabilidade macroeconômica, porém o crescimento econômico do país não foi alcançado no Plano Real (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p.376). Na realidade, o Brasil manteve-se quase estagnado, com crescimento de 2,65% entre 1991-2000 (Tabela 1), o que demonstra que apesar do sucesso do governo de FHC, houve um erro na agenda no nível gerencial e econômico. Esses erros estariam consubstanciados na valorização do câmbio - que foi responsável pelo aumento do consumo e conseqüentemente a um encolhimento da poupança interna - e a falta de investimentos, em decorrência da alta taxa de juros (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 8-9).

**Tabela 1**  
**Crescimento do PIB em três décadas**

Período	PIB	PIB por habitante
1971-1980	8,63%	5,72%
1981-1990	1,57%	-0,37%
1991-2000	2,65%	1,11%

Fonte: Ipeadata – [www.ipeadata.org.br](http://www.ipeadata.org.br)

A combinação das medidas liberalizantes, com câmbio sobrevalorizado e taxa de juros elevadas podem ter ajudado a controlar a inflação, no entanto, foi em detrimento da indústria.

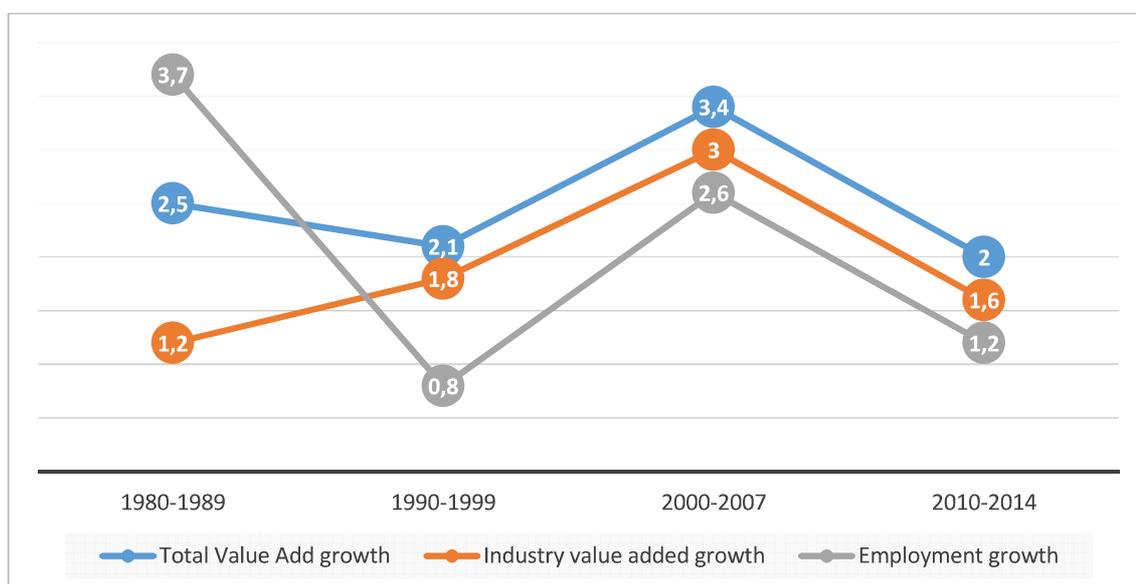
<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.paulogala.com.br/urv-o-segredo-do-sucesso-do-plano-real/>

Como é possível observar no Gráfico 4, que mesmo com o Plano Real, o país ainda sofre com o processo de desindustrialização.

De acordo com Reinert (2008, p. 246) a indústria de informática foi a primeira a sofrer com os efeitos das medidas neoliberais. Mas também houve muitas outras indústrias brasileiras que perderam seu espaço com a abertura comercial, e ao invés de continuar avançando na sofisticação produtiva, começou a regredir. Paulo Gala (2017)<sup>11</sup> explica que o país está preso numa “armadilha da renda média”, ou seja, o país estagnou no meio do processo de sofisticação produtiva, e a única alternativa foi especializar-se na produção de bens em que apresentavam uma vantagem comparativa: produtos com rendimentos decrescente voltados para a agricultura e exploração.

Um ponto a ser observado é a diminuição das vagas de empregos na indústria, que passou de 3,7% do PIB na década de 80 para 0,8% do PIB. Medeiros (2013, p. 605) observa que o retrocesso da indústria brasileira refletiu na oferta de empregos desse setor, que chegou a reduzir entre 1996 e 1998 meio milhão de empregados, que foram transferidos para setores de serviços não sofisticados.

**Gráfico 5: Share of manufacturing in total value added and employment, selected groups and economies, 1970-2014 (%)**



Fonte: Elaboração própria a partir de UNCTAD, 2016

Esse processo de recuo da indústria modificou toda a estrutura de emprego brasileira, alguns dos trabalhadores que haviam saído da agricultura para a manufatura, voltaram para a agricultura, mas a grande maioria foi direcionada ao setor de serviços não sofisticados. Com a

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fS62Ki5ujEA>> Acesso: 12 de setembro 2017.

dinâmica tecnológica do país estancada, os trabalhadores que deveriam estar em empregos manufatureiros de serviços sofisticados, acabam indo parar no serviço não sofisticado (GALA, 2017; UNCTAD, 2016, p.28). Sobre a mudança no cenário de empregos do Brasil, o relatório da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) observa que:

À medida que a dinâmica da geração de emprego no setor moderno da economia se enfraquece, o setor de mão-de-obra é muitas vezes absorvido pelo setor primário de baixa produtividade, serviços auxiliares e/ou a economia informal caracterizada por empregos de baixa qualidade e salários baixos (UNCTAD, 2016, p. 29).

As consequências negativas do neoliberalismo no governo do FHC, foram a alta taxa de desemprego que era reflexo da desindustrialização e o aumento consubstancial da dívida externa pública, que em 2002 era de US\$ 122 bilhões e a privada girava em torno de UR\$ 91 bilhões (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 07).

De acordo com Medeiros (2013, p. 606), o equívoco do Plano Real foram a sobrevalorização cambial, que gerou endividamento, e engano ao assumir que o câmbio valorizado poderia gerar produtividade. Em relação ao aumento da produtividade, Gala explica que:

A produtividade é em grande medida setor-específica e não trabalhador-específica. São ricos os países que cultivam seus setores de bens transacionáveis e de serviços sofisticados (EUA, Japão, Alemanha, nórdicos, sudeste asiático, etc). O boom de crédito, commodities e consumo observado no Brasil nos últimos anos estimulou justamente os setores com baixos ganhos potenciais de produtividade e desestimulou os setores potencialmente ricos em economias de escala e retornos crescentes: as manufaturas.

A partir dessa perspectiva a dinâmica de produtividade de uma economia depende de sua configuração setorial. Não se trata então apenas de educar mais ou até mesmo capacitar mais os trabalhadores; se trata de estimular e desenvolver os setores corretos. O padrão de especialização produtiva de uma economia é chave para entender o processo de aumento de produtividade. Ser produtivo significa dominar tecnologias avançadas de produção e criar capacidades e competências locais nos setores corretos. Produzir castanhas de caju ou chips de computador, carros ou sapatos, bananas ou computadores faz diferença. Ou seja, o processo de aumento de produtividade de uma economia não é setor-neutro (depende da composição agricultura, serviços e indústria do PIB) e depende do tipo de produto que um país é capaz de produzir (GALA, 2017).

Com isso, pode-se destacar que a relação de desenvolvimento e subdesenvolvimento está atrelada aos processos industriais, quanto maior for à indústria manufatureira baseadas em retornos crescentes em um determinado país, maior será o desenvolvimento dessa região. Para Furtado (1974, p. 17) fica bem claro que o subdesenvolvimento está conectado a forma como a tecnologia se apresenta de forma diferente nos países, e isso reflete a natureza como são dadas as relações de comércio internacional. Uma vez que a falta de emulação associada à especialização defendida pelas vantagens comparativas, as indústrias nos países periféricos são condicionadas a complementar o sistema econômico internacional, assumindo um caráter

exportador de bens primário e importador de bens finais complexos (FURTADO, 1974, p. 20-23).

É notório que o sistema industrial hoje é extremamente competitivo, e muitas empresas nacionais nos países periféricos ao se depararem com a concorrência das grandes empresas perdem seu espaço de atuação ou são subordinadas as essas empresas. Diante disso, no intuito de coordenar a formação de novas indústrias, países em desenvolvimento ou subdesenvolvido necessitariam da ação do Estado, de políticas conscientes e assertivas que fomentem uma malha produtiva que seja capaz de gerar empregos sofisticados e que alavanque os salários dos trabalhadores de todos os setores (CHANG, 2002, p. 14; CHANG, 2014, p. 78; FURTADO, 1994, p. 36).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações sociais no mundo moderno, construído depois das Revoluções Industriais, são resultados das mudanças no setor de produção, e da evolução da tecnologia e das instituições (CHANG, 2014, p. 35). Ocorre que, essas transformações não se dão de forma homogênea em todo o mundo, o que leva a caracterização dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou como a doutrina estruturalista classifica, centro e periferia (PREBISCH, 1949, p. 71-72).

Ao longo do presente trabalho foi possível constatar que um país considerado desenvolvido, apresenta uma malha produtiva complexa com retornos crescentes, enquanto um país tido como subdesenvolvido, tem uma produção voltada para rendimentos decrescentes, que assumem a forma de produção agrícola e a exploração de minérios (FURTADO, 1974, p. 58; REINERT, 2008, p. 45- 47). Essa diferença é bem visível no mapa de complexidade produtiva do Japão (Gráfico 1), um país bastante complexo, e do Brasil (Gráfico 2), um país com pouca complexidade.

Essa discrepância entre as nações tornou-se mais acentuada principalmente depois das Crises de Petróleo, com o fim das economias mistas centralmente planejadas, e a ascensão de governos neoliberais em países centrais como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos (CHANG, 2014, p.89). Essas transformações no sistema internacional desencadearam um movimento de ajustes globais, onde surgiu um novo enfoque nas relações políticas e econômicas, sob a liderança da doutrina neoliberal, corporizada pelo Consenso de Washington (SOARES, 2001, p.19).

Assim surge o Consenso de Washington, em 1989, como a concretização dos ideais neoliberais que já vinha sendo proferido pelo FMI, Banco Mundial e governos dos Estados Unidos e Grã-Bretanha (BATISTA, 1994, p. 06). Nessa formulação, deixava-se claro de que havia um consenso entre os representantes em Washington do que os países da América Latina deveriam fazer para alcançar o desenvolvimento e sair do estado de crise (NAÍM, 2000, p. 88).

Conforme a agenda de desenvolvimento econômico dirigido pelo Consenso de Washington, países periféricos da América Latina deveriam adotar políticas e instituições “boas” para que pudessem voltar a crescer. Essas políticas e instituições “boas” baseiam-se numa análise incompleta da história do desenvolvimento dos países do centro, ou seja, origina-se de numa observação dissimulada das economias e políticas países que lideraram as Revoluções Industriais (CHANG, 2002, p. 11-13).

O discurso do Consenso se torna uma falácia ao se olhar para história e analisar como de fato ocorreu o desenvolvimento nos países do centro, entendendo que seria impossível fomentar a indústria que eles apresentam hoje se adotassem as políticas e instituições que tanto recomendam (CHANG, 2002, p. 11-13).

Apesar das provas contrárias, grande parte das elites no Brasil incorporou a seu discurso e os pressupostos neoliberais, através da influência e da pressão exercida por organismos internacionais e países que lideraram os processos de desenvolvimento (BATISTA, 1994, p.6. BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 16).

Dada a conjuntura brasileira política e econômica nos anos noventa, e a necessidade latente de romper com todo o sistema que representava a ditadura de épocas anteriores, as ideias neoliberais foram incorporadas no ordenamento brasileiro e vendida como sinônimo de modernidade e avanço (SOARES, 2001, p.17). O primeiro governo a instaurar tais medidas foi o de Fernando Collor de Mello, numa tentativa de resolver a inflação através de um choque diferente dos anteriores (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p. 283-294; SOARES, 2001, p.153).

Essa abertura comercial e financeira fez com que a participação da indústria no PIB reduzisse drasticamente, como é demonstrado no Gráfico 4. A participação da indústria sofisticada que se apresentava em torno 21,6% em 1985, caiu para 17,5% em 1990. Isso desencadeou uma reação em cadeia, que não só afetou a indústria, mas também os empregos de todos os setores da economia.

Depois do fracasso do plano Collor, surge o plano real, em 1994. O novo plano é efetivo em controlar a inflação e alcançar a estabilidade macroeconômica, porém isso ocorre em detrimento do desenvolvimento do país (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p.376). O retrocesso da indústria brasileira refletiu na oferta de empregos desse setor, que chegou a reduzir entre 1996 e 1998, meio milhão de empregados, que foi compensada pela criação de empregos nos setores de serviços não sofisticados (MEDEIROS, 2013, p.605).

As consequências negativas das medidas neoliberais começaram a aparecer com o início das crises econômicas no final dos anos 90, o México (1995) foi o primeiro, seguido pela Ásia (1997) e a Rússia (1998) (CHANG, 2014, p. 96). O Brasil ainda consegue passar por esse período de crise graças ao socorro fornecido pelo FMI (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 5).

Apesar do sucesso do governo FHC no plano social e político, no plano econômico foi deficitário, na medida em que o país foi assolado pela alta taxa de desemprego, que era reflexo da desindustrialização, além do aumento consubstancial da dívida externa pública, que em 2002 era de US\$ 122 bilhões e a privada girava em torno de UR\$ 91 bilhões (BRESSER-PEREIRA, 2003, p.7).

A desindustrialização brasileira fez com que houvesse uma reprimarização da pauta exportadora, que se voltou para *commodities*. Isso desencadeou consequente geração de empregos do país, que hoje em dia está mais voltado para os serviços não-sofisticados, que se traduz na baixa produtividade do país (GALA, 2017, p. 02). Nas palavras de Gala;

O boom de crédito, commodities e consumo observado no Brasil nos últimos anos estimulou justamente os setores com baixos ganhos potenciais de produtividade e desestimulou os setores potencialmente ricos em economias de escala e retornos crescentes: as manufaturas. Houve desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora com avanço das commodities [...] de maneira resumida, o Brasil trilhou nos últimos anos um caminho de regressão tecnológica e diminuição da sofisticação de seu tecido produtivo, que acabou por resultar em importante estagnação da produtividade geral da economia. O setor de serviços como um todo passou de 60% do PIB para 70% do PIB nos últimos 10 anos (GALA, 2017).

Compreende-se, dessa forma, que um país só poderá ser desenvolver através de uma indústria que apresente complexidade econômica, com uma produção de retornos crescentes de escala. Assim, respondendo ao questionamento feito na introdução desse trabalho, conclui-se que a lógica neoliberal do Consenso de Washington, prejudicou o desenvolvimento do Brasil na medida em que sua adoção desencadeou um processo de desindustrialização dos setores econômicos mais avançados.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** São Paulo, 1994.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. ALMEIDA, Júlio Gomes de. **Depois da queda – A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Inflação Decifrada.** In: Revista de Economia Política, vol. 16, nº 4 (64), outubro-dezembro/1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desindustrialização.** Folha de S.Paulo, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Financiamento para o Subdesenvolvimento: o Brasil e o Segundo Consenso de Washington.** In Ana Célia Castro, org., Desenvolvimento Em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro I, pp.359-398. Rio de Janeiro, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Brasil vive desindustrialização.** Folha de S.Paulo, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Segundo Consenso de Washington e a Quase-Estagnação da Economia Brasileira.** In: Revista de Economia Política, vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Segundo Consenso de Washington.** Folha de S.Paulo, 2003.

BULMER-THOMAS, Victor. **The Economic History of Latin America Since Independence.** Cambridge University Press, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. GALA, Paulo. **Por que a poupança externa não promove crescimento.** In: Revista de Economia Política, vol. 27, nº 1 (105), pp. 3-19, janeiro-março, 2007.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, Ha-Joon. **Economia: modo de usar – Um guia básico dos principais conceitos econômicos.** São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

COMBARNOUS, Eric Berr François. **The false promises of the (second) Washington consensus: evidence from Latin America and the Caribbean (1990-2003).** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4, pp. 525-545, 2007.

DEPECON. **Perda da participação da Indústria de Transformação no PIB.** São Paulo, 2015.

**Economia Brasileira – A História Contada por Quem a Fez.** Direção: Mailson da Nóbrega e Louise Sottomaior. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLYTwUZXR2MC7MEv-lmsAcudAwOnbyNx3n>> Acesso em: 06 de outubro de 2017.

FURTADO, Celso. **O mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Reflexões sobre a Crise Brasileira.** In: Revista de Economia Política, vol. 20, nº 4 (80), outubro-dezembro/2000.

GALA, Paulo. **As fases do desenvolvimento de um país: agricultura, serviços não sofisticados, indústria e serviços sofisticados.** Disponível em <<http://www.paulogala.com.br/as-fases-do-crescimento-agricultura-servicos-nao-sofisticados-industria-e-servicos-sofisticados/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

GALA, Paulo. **A América Latina não conseguiu completar o salto dos produtos simples para os produtos complexos.** Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/america-latina-nao-conseguiu-dar-o-salto-dos-produtos-simples-para-os-produtos-complexos/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

**IPEADATA.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

GALA, Paulo. **Países inovadores e complexos.** Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/paises-inovadores-e-complexos/>>. Acesso em: 21 de novembro de 2017.

GALA, Paulo. **Participação do emprego nas manufaturas: o arco do enriquecimento.** Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/participacao-do-emprego-nas-manufaturas-o-arco-do-enriquecimento/>>. Acesso em: 21 de novembro de 2017.

GALA, Paulo. **Por que a produtividade da economia brasileira não aumentou nos últimos anos?** Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/por-que-a-produtividade-da-economia-brasileira-nao-aumentou-nos-ultimos-anos/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2017.

GALA, Paulo. **Redes e retornos crescentes: Krugman encontra Barabasi.** Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/redes-e-retornos-crescentes-krugman-encontra-barabasi/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2017.

HAUSMANN, Ricardo. **ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY.** Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios Macroeconômicos.** São Paulo, Cengage Learning, 2013.

MEDEIROS, Eduardo Raposo de. **Economia Internacional – Comércio e Finanças.** Lisboa, Escolar Editora, 2013.

NAÍM, Moisés. **Washington Consensus or Washington Confusion?** In: Foreign Policy, nº. 118, pp. 86-103, 2000.

PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve historia do desenvolvimentismo no Brasil.** In: Cadernos do Desenvolvimento, vol.6, nº9, pp. 122-141, 2011.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e Alguns de seus problemas principais.** In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, pp. 69-136, 2000.

REINERT, Erick S. **Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SAFATLE, Claudia. **A mãe de todas as crises.** Valor Econômico, 2012.

SICSÚ, João. **A URV e sua função de alinhar preços relativos.** In. Revista de Economia Política, vol. 16, nº 2 (62), abril-junho, 1996.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TALEB, Nassim Nicholas. **The bed of Procrustes: philosophical and practical aphorisms.** Estados Unidos, Random House, 2015.

UNCTAD. **The Catch-Up Challenge: Industrialization and structural Change.** In. Trade and Development Report, 2016.

WILLIAMSON, John. **What Washington Means by Policy Reform.** In. Latin American Adjustment: How Much Has Happened?, 2002.